

# Governo pede mais 24 horas para comissão do orçamento

por Marcos Magalhães  
de Brasília

A pedido do presidente José Sarney, o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), presidente da comissão mista de orçamento do Congresso Nacional, prorrogou por mais 24 horas — de sexta-feira para sábado — o prazo para que o relator do projeto de orçamento da União para 1989, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), entregue o seu parecer. Dessa maneira, Sarney procurou ganhar tempo para continuar negociando, durante o início do fim de semana, uma saída alternativa para o pagamento das dívidas externas dos estados, dos municípios e suas estatais.

O presidente fez a solici-

tação ao líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), a quem convocou para uma conversa no Palácio da Alvorada. A iniciativa foi bem acolhida na comissão. "Estamos sacrificando mais um dia em nome da negociação", disse na sexta-feira Cid Carvalho. "O governo manifestou interesse por uma solução negociada, e nossos prazos não poderiam sobrepor-se à procura de soluções".

O presidente da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, concordou com a avaliação de Cid. "O Parlamento é vocacionado para o acordo", afirmou o deputado. Mas ele lembrou: "Desde que o acordo seja feito para respeitar a Constituição, que tem por

uma de suas colunas mestras o princípio federativo". Ulysses disse, também que nenhum estado deve ser discriminado por uma eventual solução conciliatória. "Estados como São Paulo não podem ser prejudicados", defendeu.

Para negociar uma saída para o impasse, o presidente Sarney designou o ministro Ronaldo Costa Couto, da Casa Civil, como representante do governo. Do lado do Congresso, estavam escalados para começar a conversar, no início da noite de sexta-feira, o senador Almir Gabriel e os deputados Ibsen Pinheiro e Cid Carvalho.

Sobre a mesa, já pronto, se encontrava o parecer de Gabriel, que incorporava a solução anuncia-

da por Cid na quinta-feira: rolagem dos atrasados por mais um ano e pagamento do serviço da dívida, em 1989, segundo faixas que privilegiam os menores devedores.

O presidente Sarney não está satisfeito com esta fórmula, e deixou isso bem claro ao deputado Ibsen Pinheiro, no Alvorada. "Durante o encontro, o presidente salientou que o governo tem o poder constitucional de retirar a segunda mensagem enviada ao Congresso até o início da votação do projeto", revelou Cid Carvalho. Segundo Carvalho, a eventual retirada da mensagem — que complementou o projeto de orçamento — inutilizaria todo o trabalho feito pela comissão até agora.